

Alfabetização de Jovens e Adultos e Inclusão Digital

Área Temática de Educação

Resumo

O projeto “Alfabetização de Jovens e Adultos e Inclusão Digital” está inserido no Programa de Extensão “Democratização do conhecimento e da escolarização”, da Universidade Federal de São Carlos e é financiado pelo PROEXT 2003/SESu-MEC e pela PROEX/UFSCar. O principal objetivo garantir que educadoras/es e alfabetizandos/as da educação de pessoas jovens e adultas tenham acesso a computadores e à rede internet, como meios de potencialização do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita e de acesso à informação. A metodologia envolve três fases concomitantes: formação de monitores e monitoras em programas computacionais e formas de acesso à rede; formação de educadoras e educadores de salas de alfabetização de pessoas jovens e adultas para incorporarem computadores e internet em suas práticas pedagógicas, e aprendizagem da leitura e da escrita e alfabetização digital de jovens e adultos de salas do MOVA da região de São Carlos. Os principais resultados têm se dado nos três âmbitos de formação previstos na metodologia, com destaque para a potencialização da aquisição da leitura e da escrita pelos/as educandos/as.

Autores

Profa. Dra. Roseli Rodrigues de Mello (pós-doutorado em Sociologia e em Educação/Universidade de Barcelona)

Prof. Dr. Paulo Eduardo Gomes Bento (doutor em Engenharia de Produção/USP)

Profa. Dra. Maria Aparecida Mello (doutora em Educação/UFSCar)

Profa. Dra. Claudia Raimundo Reyes (doutora em Educação/UFSCar).

Instituição

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Palavras-chave: alfabetização de jovens e adultos; inclusão digital; democratização

Introdução e objetivo

O projeto “Alfabetização de Jovens e Adultos e Inclusão Digital” está inserido no Programa de Extensão “Democratização do conhecimento e da escolarização”, da Universidade Federal de São Carlos e é financiado pelo PROEXT 2003/SESu-MEC e pela PROEX/UFSCar. Vem sendo desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de São Carlos/ Secretaria de Educação, junto a turmas de alfabetização de pessoas jovens e adultas de salas do Movimento de Alfabetização (MOVA). Como os demais projetos do referido programa, visa a contribuir para a superação de exclusão social e cultural que parte significativa da população brasileira sofre.

No caso do analfabetismo, a exclusão social revela-se nas condições de vida e percursos das pessoas jovens e adultas analfabetas, juntamente com processos de exclusão cultural. O domínio da leitura e escrita é, para elas, primeiro passo no processo de acesso a ferramentas de inserção social na sociedade letrada.

Mais recentemente, o desenvolvimento e difusão das novas tecnologias de comunicação e de informação, bem como a grande circulação de informações que elas proporcionam, têm caracterizado um novo contexto, o da Sociedade da Informação, onde a leitura e a escrita tornam-se ainda mais necessárias. Nele, surge um novo item de

desigualdade: o acesso a essas novas tecnologias e a capacidade para selecionar e lidar com a informação.

Sobre o crescimento e a geração de desigualdades na Sociedade da Informação, obra recente de Castells (2001) confirma essa realidade. Partindo do conceito de geografia técnica, que se refere à infra-estrutura de telecomunicações de Internet, às conexões entre computadores que organizam o tráfego na rede e à distribuição das linhas de telecomunicação dedicadas ao tráfego de dados, este autor apresenta a situação recente de distribuição dos recursos pelo globo. A partir das desigualdades, Castells (ibid.) fala, então, de uma “divisória digital”. (Mello, 2002).

Tratando-se das condições de inclusão digital no Brasil, alguns dados ajudam a traçar o panorama nacional, dando noção das necessidades e riscos a enfrentar.

Soares (2003) afirma, com base em dados de 2000, que, no Brasil, apenas 12,5% tinham computador e que o percentual dos que estão conectados à internet era ainda menor: 8,31%. Acrescenta que o acesso a computadores reflete as desigualdades econômicas e sociais do Brasil, de acordo com o "Mapa da Exclusão Digital", divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2003).

Soares (ibid.) ainda indica, a partir dos dados do estudo, que é possível traçar o seguinte perfil de quem tem computador: branco, morador de uma grande cidade do Sudeste, com idade entre 40 e 50 anos, renda superior à média da população e com mais de 12 anos de estudo formal.

Embora o número de incluídos digitais cresça rapidamente em curto espaço de tempo (cerca de 1 milhão de pessoas entram no grupo dos "incluídos" a cada quatro meses - Soares (ibid.) afirma que a FGV estima que os "informatizados" passaram de 17,3 milhões, em 2000, para 26,7 milhões, em março de 2003), a tendência é que a inclusão digital atinja individualmente as pessoas que já têm acesso a outros elementos que as fazem estar incluídas em outras frentes sociais: maior grau de escolaridade, maior condição de empregabilidade, melhores condições habitacionais (incluindo-se rede de energia elétrica e rede telefônica).

Assim, implementar frentes de acesso a computadores e à rede em espaços públicos e/ou coletivos é ação importante para a quebra da lógica da exclusão/inclusão digital, que segue a mesma lógica dos demais elementos de inclusão social e cultural. A instalação de computadores em escolas, em centros comunitários, em ONGs de trabalho social, etc. são exemplos importantes dessas frentes, na construção de uma Sociedade da Informação para todos e todas. (Mello et al. 2003).

No Brasil, o "Mapa da Exclusão Digital" mostrou avanço da informatização nas escolas: o número de alunos do Ensino Fundamental matriculados em escolas com computador cresceu de 10,8% em 1997 para 23,9% em 2001 (Folha de São Paulo, abril de 2003). De acordo com a FGV (Fundação Getúlio Vargas), a escola é o principal canal de acesso ao computador para jovens e crianças que não têm terminal em casa. Além disso, a pesquisa indica que o computador não é só uma ferramenta de inclusão social, já que tem impacto positivo na melhora do rendimento dos estudantes (testes feitos pela FGV mostram que um aluno da 8ª série do Ensino Fundamental que utiliza computador tem um desempenho 17,7% superior em provas de matemática em relação aos que não usam terminais).

Assim, pode-se dizer que a inclusão digital não apenas dá condições para as pessoas terem acesso à informação disponível em rede, utilizarem o domínio de programas como diferencial de empregabilidade, mas também é recurso que potencializa a aprendizagem do conhecimento escolar, fundamental para o desenvolvimento de uma das principais habilidades requisitadas dos sujeitos, pela Sociedade da Informação: além de ter acesso à informação, saber selecioná-la e utilizá-la de maneira crítica. O acesso ao e o uso do computador e da rede tornam-se, então, instrumentos importantes para educadores e educadoras, na construção de uma escolarização efetiva do alunado. (Mello et. Al., 2003).

Porém, para efetivar a inclusão digital de estudantes, é necessário considerar a situação de seus educadores/as. A este respeito, CONSTANTINO (2003) indica que praticamente metade dos profissionais de Educação Básica no Brasil (48%) não tem acesso a computadores ou à internet, o que nos faz concluir que este é também um grupo a se considerar, quando se deseja trabalhar por mais igualdade.

Há, portanto, a necessidade de se articularem ações de formação de professores em serviço, para acesso a computadores e à rede como instrumentos de potencialização de aprendizagem de seus alunos e alunas, com ações de acesso e uso de computadores e da rede por alunos e alunas. É esta articulação que o presente programa propõe-se a fazer.

Considerando que pessoas jovens e adultas analfabetas enfrentaram e enfrentam em seu percurso vários muros sociais e culturais, e que muitas vezes introjetam esses muros como sentimentos de autodepreciação, vivendo então auto-exclusão (Flecha, 1997), poder aliar ações de alfabetização, com ações de uso de programas de computador e de acesso à rede internet, em muito pode auxiliar no sucesso das aprendizagens, da construção da confiança básica (Giddens, 1995) e na superação de exclusão.

Ao mesmo tempo, por parte das educadoras e educadores envolvidos num projeto de alfabetização de pessoas jovens e adultas, o acesso ao computador e à rede, e sua exploração como meios potencializadores da aprendizagem da leitura e da escrita por seus educandos/as apresenta-se como contribuição fundamental para a formação em contexto de novas potencialidades e habilidades profissionais. Ganham educadoras/es e educandas/os. (Mello et al., 2003).

Foi pensando nesta articulação que os objetivos do projeto foram elaborados, pretendendo-se:

- a) quanto aos homens e mulheres em processo de alfabetização:
 - que tenham acesso a microcomputadores, fazendo uso de programas que possibilitem a escrita de palavras e textos, reconhecendo as indicações de correção que o próprio programa indica – exemplo é o uso do Word e do corretor ortográfico, grifando palavras grafadas inadequadamente e solicitando de quem escreve que reveja sua elaboração;
 - que, pelo contato e apropriação do computador como instrumento, desenvolvam confiança básica na sua aprendizagem, considerando todo o valor que é atribuído atualmente ao computador como recurso mais elaborado e que é visto como um instrumento apropriado apenas para uso por uma minoria (muro simbólico);
 - que acessem a Internet em busca de lugares, pessoas, informações de seu interesse, ganhando a dimensão do potencial que tem a rede como instrumento de acesso ao mundo, a informações e à geração de alternativas e interações;
 - que vejam, no uso do computador e da internet, um bom motivo para se apropriarem da modalidade escrita da língua e dos demais conhecimentos decorrentes dessa apropriação; quanto aos educadores e educadoras:
 - que tenham acesso ao instrumento e dele se apropriem como usuários (vários nunca o utilizaram);
 - que incorporem como recurso de ensino tanto o uso de programas de redatores de texto, bem como a internet, aproveitando as situações vividas pelos alfabetizandos, para desenvolverem formas pedagógicas de orientação e estimulação para aprendizagem da língua e do uso do equipamento.

Imaginando que necessitaríamos de apoio permanente no trabalho a ser desenvolvido nas salas de alfabetização, com os computadores, incorporamos um terceiro grupo de agentes no projeto: monitores e monitoras selecionados dentre estudantes da UFSCar e que receberiam bolsas de extensão. Assim, quanto aos monitores e monitoras, traçamos os seguintes objetivos:

- que desenvolvam formas de orientação pedagógica aos educadores e educadoras do projeto de alfabetização;
- que aprendam e ensinem o Linux aos educadores e educadoras, como elemento de democratização da informática, já que é software livre e também é o programa utilizado nas denominadas "Escolas do Futuro", prédios conjugados a cinco escolas da rede Municipal de Ensino Fundamental, contendo computadores, biblioteca e sala de TV e vídeo;
- que orientem diretamente jovens e adultos em processo de alfabetização (Mello et al., 2003).

Para se chegar a estes objetivos foi pensada uma metodologia articulando formação de estudantes da universidade para trabalharem com educadores/as e seus alfabetizandos/as; formação de educadores/as para a alfabetização e a inclusão digital de jovens e adultos, e ações junto a homens e mulheres em processo de alfabetização nas letras e de alfabetização digital. Apresenta-se a seguir a descrição da metodologia e como ela vem se concretizando.

Metodologia

O projeto Alfabetização de Jovens e Adultos e Inclusão Digital (ao qual chamaremos resumidamente "Inclusão Digital") foi pensado originariamente para ser realizado de maneira articulada com o projeto Brasil Alfabetizado: Formação de professores de jovens e adultos (Lima, Mello, Mello, Reyes & Zainun, 2003) e o Movimento de Alfabetização (MOVA), ambos em desenvolvimento em São Carlos, na época da sua elaboração (junho de 2003). Atenderia, naquele momento, a 90 educadoras e educadores e aproximadamente 1800 homens e mulheres em processo de alfabetização. Houve, no entanto, um atraso na liberação das verbas do edital PROEXT/2003, por parte do MEC, o que levou o "Inclusão Digital" a ter início apenas em abril de 2004.

Neste novo momento, a oferta de 2003 do "Brasil Alfabetizado" em São Carlos já tinha sido encerrada e a oferta de 2004 ainda não havia começado. Porém, a equipe de coordenação que tinha trabalhado na formação inicial e continuada dos educadores e educadoras do "Brasil Alfabetizado", em 2003, estava ainda trabalhando com educadores e educadoras do MOVA de São Carlos, em aulas de Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE - disciplina ministrada aos alfabetizados) da UFSCar. Frente a isto, o MOVA manteve-se como parceiro articulado ao "Inclusão Digital", o que possibilitou a realização do projeto, embora com número menor de educadores/as e alfabetizandos/as. O projeto concretizou-se com 33 educadores e educadoras, 41 salas de alfabetização e 646 alfabetizandos/as.

Os recursos solicitados inicialmente, enquanto itens de financiamento, foram mantidos e alguns reduzidos em quantidade.

Nos gastos com pessoal, manteve-se o número de 2 monitores de informática e 8 gerais, pois avaliamos que o cálculo inicial estava mal dimensionado – depois, em sua execução necessitamos, inclusive, de voluntários para viabilizar o atendimento a todas as turmas de alfabetização. Um consultor de informática foi previsto e teve papel fundamental no suporte técnico e operacional ao projeto.

Com relação a material permanente, solicitamos verbas para a compra de doze laptops. Da cotação do valor, em junho de 2003, para a sua compra em abril de 2004, de 12 unidades solicitadas, conseguimos comprar apenas 9. Este número foi no geral suficiente mas, em alguns casos dificultou o trabalho já que havia turmas bastante numerosas em regiões distantes dos postos fixos de inclusão digital (zona rural, asilos e sub-distritos).

Como material de consumo, papel e tinta foram previstos e usados para a impressão da produção dos/as educandos/as nos computadores, e cdroms foram usados para gravar produções, bem como simular sites nos postos que não contavam com internet.

Por fim, algo que se mostrou decisivo no projeto foi previsão e garantia de meio de transporte para os homens e as mulheres das salas de alfabetização chegarem até os postos de inclusão digital, acompanhados/as por seus educadores/as. Garantia de deslocamento e de companhia tornou possível a participação efetiva de todos/as educandos/as.

Para a concretização do trabalho, a equipe foi composta por pessoas de diferentes formações e originárias da UFSCar (professor e professoras; pós-graduandas/as e graduandas/os), da Secretaria de Educação e Cultura - da Prefeitura Municipal de São Carlos - e de outras instituições:

COORDENAÇÃO

Profa. Dra. Roseli Rodrigues de Mello – DME/ UFSCar.

Prof. Dr. Paulo Eduardo Gomes Bento - DEP/ UFSCar.

Profa. Dra. Maria Aparecida Mello - DME/ UFSCar.

Profa. Dra. Claudia Raimundo Reyes DME/ UFSCar.

EQUIPE

Waine Teixeira Junior (UNICLAR – Computação)

Douglas Aparecido Campos (Secretaria de Educação - Coordenador de Esportes/ doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação –UFSCar)

Leila Aparecida Mendonça Lima (Secretaria da Educação - Coordenação do MOVA)

Joyce Aparecida Triltz Zainum (Secretaria da Educação – coordenação da EJA)

Adriana M. Bogado (aluna Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais)

Angélica M. Duram Cordeiro (aluna Programa de Pós-Graduação em Educação – UFSCar)

Alessandra Marques da Cunha (aluna Programa de Pós-Graduação em Educação – UFSCar)

Daniel Rodrigo Leiva (aluno Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Materiais – UFSCar)

Uma parte desses membros tornou-se responsável pelo trabalho de garantia de infraestrutura e logística do projeto e a outra se concentrou no trabalho pedagógico de formação dos educadores/as e de supervisão do trabalho desenvolvido com homens e mulheres das turmas de alfabetização. A integração entre as duas foi garantida por reuniões semanais entre o/as coordenador/as e dele/as com suas respectivas equipes.

Quanto à metodologia do trabalho, pensada para se atingir os objetivos propostos, poucas mudanças sofreu. A idéia se estruturou em torno de três frentes concomitantes de atuação, correlatas aos objetivos traçados:

a): Formação de 10 monitores e monitoras, selecionados/as dentre estudantes de graduação da UFSCar, para serem bolsistas de extensão. Para tanto, foram previstas aulas, orientações e supervisão a respeito do uso do computador como instrumento para incrementar a aprendizagem da leitura e da escrita, por meio de aprendizagem do uso de recursos e programas de redação de texto (Word e Linux) e da Internet;

b) Orientações aos educadores e educadoras do MOVA para preparo de atividades que utilizem o computador como meio de escrita e leitura e acesso a informações. Para tanto, previu-se a inserção dos/as monitores/as de informática nas aulas de Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE - disciplina ministrada aos alfabetizadores/as) realizada às sextas-feiras, para três turmas, a fim de auxiliarem o/as professor/as universitário/as na orientação dos alfabetizadores/as, para elaboração de atividades que envolvam, em suas aulas, o uso de redatores de texto e da internet. Esta segunda fase ocorre em curso presencial, com o oferecimento de oficinas, orientações e supervisão do trabalho dos alfabetizadores e alfabetizadoras. Os conteúdos abordados nestas aulas e que contemplam conteúdos de alfabetização e o uso do computador são: orientações para o planejamento de curso/aula; elaboração de atividades e materiais pedagógicos

específicos para jovens e adultos, considerando as diferenças de cada comunidade; discussão da atuação realizada pelos educadores e educadoras junto aos grupos de alfabetizandos/as; problematização e escolha de intervenções mais adequadas para o contexto específico do grupo de alfabetizandos/as;

c) Trabalho dos/as monitores/as de informática diretamente nos postos de Inclusão Digital: uma vez por semana, monitores e monitoras, em conjunto com educadores e educadoras do MOVA, desenvolvem atividades de leitura, escrita e internet em postos de inclusão digital, com pessoas jovens e adultas de turmas do MOVA.

Quando da elaboração do projeto, estabelecemos contato com a Secretaria de Educação de São Carlos e consolidamos tanto a participação de pessoal da Secretaria de Educação na equipe do projeto, como o acordo de parceria para transformar em postos de inclusão digital estrutura que a Prefeitura Municipal já tinha. Pensando nas turmas que se localizam em zona rural e sub-distritos da cidade, solicitou-se do MEC a compra de laptops para um posto móvel - o que foi concretizado.

Os postos de Inclusão Digital são cinco “Escolas do Futuro”, vinculadas a escolas de Ensino Fundamental, implementadas pela Prefeitura Municipal de São Carlos, cada qual com 14 computadores. Há ainda uma sala de Inclusão Digital da Fundação Educacional de São Carlos, da Prefeitura Municipal, e uma sala de informática, com trinta computadores, na Universidade Federal de São Carlos. Com dinheiro do financiamento do PROEXT-SESU-MEC, foram adquiridos 9 laptops que constituem o que chamamos de posto móvel.

Foi a partir destas projeções e de suas concretizações que o projeto foi posto em funcionamento, em abril de 2004. Passamos agora a relatar seu funcionamento.

No início de abril, divulgamos na universidade a inscrição para monitoria - duas específicas para estudantes que tivessem conhecimentos técnicos sobre hardware e software, e oito bolsas destinadas ao trabalho direto com educadores/as e alfabetizandos/as, vagas abertas a todos os cursos da UFSCar. Para as bolsas destinadas ao trabalho direto com educadores/as e educandos/as foram colocados como parâmetros de classificação: ser usuário/a de computador e internet, disposição e/ou conhecimento para trabalhar com alfabetização de jovens e adultos, disposição ou experiência para trabalhar em projeto de superação de exclusão, e desempenho no curso de origem.

Ao serem recebidas as inscrições para o processo de seleção, houve a primeira grande surpresa: inscreveram-se 120 estudantes para concorrerem às 8 vagas de trabalho! Durante as entrevistas, realizadas na segunda semana de abril, muitos alunos e alunas da universidade declararam que gostariam de trabalhar no projeto, mesmo não sendo escolhidos/as para receberem a bolsa. A partir deste processo, passou-se a contar com monitores e monitoras formais e com voluntários e voluntárias de diferentes cursos da Universidade: Engenharia da Computação; Letras; Imagem e Som; Química; Engenharia de Produção; Biologia e Pedagogia (ao todo, 15 estudantes de graduação e 2 de pós-graduação).

Na terceira semana de abril os monitores e monitoras começaram a participar das aulas de formação dadas às educadoras e educadores na universidade; foi nestas aulas que receberam orientações indicadas para a primeira e a segunda fases do projeto. Na última semana de abril, as aulas de inclusão digital começaram a funcionar nos postos fixos; em maio, com a chegada dos laptops, tiveram início os encontros nos postos móveis.

Resultados e discussão

A avaliação do impacto das atividades informacionais foi projetada para se dar a partir dos seguintes parâmetros:

a) com os/as monitores/as em informática: ao final da formação inicial, apresentação de um plano de trabalho e simulação de orientação a educadores/as e alfabetizandos/as. Previa-se a constante orientação, para aperfeiçoar sua atuação.

b) Com os/as educadores/as: a incorporação de computador em aulas quinzenais, bem como da internet, acompanhada pelos monitores em informática, orientando as adequações necessárias;

c) Com os/as alfabetizandos/as: registro das atividades realizadas por eles e elas no computador para serem discutidas com educadores/as, conjuntamente com o/as professores/as universitário/as e membros da equipe que fazem apoio pedagógico, para acompanhar a evolução da escrita e a aquisição de autonomia no uso do equipamento.

Os resultados obtidos são de natureza muito mais dinâmica que o previsto. Embora o projeto, neste momento (junho de 2004) ainda não tenha sido encerrado, pode-se dizer que até o momento vimos:

alunos e alunas da universidade, originários/as de diferentes cursos, envolvendo-se profundamente nos processos de alfabetização dos homens e mulheres das salas de alfabetização, estudando textos específicos sobre o tema, buscando material para as aulas de inclusão digital e de alfabetização, ajudando a resolver problemas técnicos, planejando aulas com as educadoras e os educadores, e ajudando a alfabetizar;

Educadoras e educadores do MOVA, aproximando-se dos computadores, dele fazendo uso, ajudando a planejar as atividades de inclusão digital e, junto com monitores e monitoras, trabalhando com seus educandos/as nos computadores;

homens, mulheres e jovens vibrando diante de um equipamento que muitos nunca imaginaram usar. De reações de medo e fuga, iniciais, com apoio de educadoras e educadores e monitoras e monitores, foram dele se apropriando. Pessoas que tinham abandonado as aulas de alfabetização, voltam para suas turmas; outras pessoas que não eram das turmas, aparecem nas aulas.

Todos e todas perguntam pela continuidade do projeto. Dizem que querem mais.

Temos discutido formas de pressão e ação para que os sub-distritos ganhem salas permanentes de inclusão digital. Também como garantir que as Escolas do Futuro, a Universidade e a Fundação estejam permanentemente abertas às turmas de alfabetização de pessoas adultas. Nosso sonho é ganhar mais parceiros, para poder ampliar a rede de apoio que se formou.

Conclusões

Considerando o aqui exposto, podemos afirmar que o projeto proposto prevê impacto social na superação de muros sociais enfrentados pelos alfabetizandos/as envolvidos/as no MOVA São Carlos/SP, numa parceria entre a Universidade Federal de São Carlos e o Governo Participativo da Prefeitura Municipal de São Carlos .

Essas pessoas foram localizadas segundo um mapa de pobreza e exclusão, elaborado pelo Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de São Carlos, e disponibilizado às coordenadoras do projeto. São pessoas, em sua maioria, pertencentes a famílias com renda por volta de um salário mínimo. Vivem em bairros periféricos, que vêm ganhando paulatinamente melhorias. Quanto à divisória digital, são bairros que concentram número mínimo de computadores em domicílios.

Colocar pessoas analfabetas em contato com o computador e com a internet significa propiciar que se vejam como pessoas inseridas numa sociedade informacional, da qual fazem parte, e na qual têm o direito de estar.

Ao terem a possibilidade de entrar em postos de inclusão digital, muitos deles localizados em escolas dos bairros, ou na Universidade, podem se aproximar de instituições das quais foram excluídos e que não vêem como parte de seu universo. Trata-se, assim, da superação de um sentimento de não-pertencer, construindo-se o sentimento de ser do lugar.

Além disso, no decorrer da montagem das turmas de alfabetização, um elemento importante foi identificado: muitas pessoas analfabetas decidiram se inscrever no projeto pelo

fato de as aulas não serem realizadas em escolas (certamente pelo mal-estar que sentem estando numa instituição que lhes provoca sentimento de incapacidade e inferioridade). Assim, a presença dos educadores e educadoras, pessoas de referência para os/as alfabetizando/as, no espaço das escolas e da universidade, é ação de apoio para que desenvolvam sentimento positivo sobre si e sobre a escola, podendo desenvolver a vontade de continuar os estudos na modalidade formal de ensino: EJA (há relatos de professoras do MOVA que muitos adultos não querem deixar o projeto do MOVA, porque não querem ir para a escola formal).

Pode-se resumir o impacto social pretendido pelo presente projeto da seguinte maneira: potencializar a alfabetização, ter acesso ao universo informacional, inserir-se em espaços escolares, desenvolver a confiança de base para assumir a educação como direito de todos.

Acredita-se que tal impacto é possível pela parceria interinstitucional entre a Universidade Federal de São Carlos (com o que diz respeito à formação, à orientação e ao acompanhamento de monitores/as e educadores/as, bem como a cessão de sala de computadores com 30 microcomputadores ligados à internet) e da Prefeitura Municipal de São Carlos, que disponibilizou as cinco “Escolas do Futuro”, com computadores, e, ainda, um posto de Inclusão Digital da Fundação Educacional de São Carlos, para possibilitar o acesso dos/as alfabetizando/as aos computadores e à Internet, bem como pessoas de sua equipe técnica.

Universidade Federal de São Carlos e Prefeitura Municipal de São Carlos unem-se no acompanhamento do projeto e na avaliação de seus resultados, para futura elaboração e implementação de políticas públicas que possam difundir mais ações de alfabetização de pessoas jovens e adultas articuladas com inclusão digital.